

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF Nº 16.590.234/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Arezzo&Co continua consolidando sua posição de liderança no mercado de calçados, bolsas e acessórios de moda feminina. Mesmo com uma conjuntura macroeconômica desafiadora a Companhia apresentou crescimento de vendas superior ao do mercado.

A política de Relações com Investidores reforça a estratégia adotada pela Companhia de dinamismo e transparência. A Administração recebeu ao longo do ano em suas lojas, escritórios e showrooms diversos investidores e analistas, bem como participou de 10 painéis e conferências nacionais e internacionais. Foi realizado em novembro, na cidade de São Paulo, a 5ª edição do Arezzo&Co's Investor Day, que contou com mais de 120 participantes, aprimorando a visão do modelo de negócio e conhecimento das mais relevantes diretrizes estratégicas, além de uma importante interação com os principais gestores da Companhia. Em 2015 a Companhia foi nomeada para cinco diferentes categorias no IR Magazine Awards - Brazil 2015, entre elas o de Maior evolução em relações com investidores - small & mid cap, reforçando o compromisso da Arezzo&Co com a melhora contínua das interações com mercado financeiro.

Os volumes de pares e bolsas somaram 10,4 milhões e 897 mil, respectivamente. Frente ao cenário desafiador de crescimento, a estratégia multimarca e multicanal da Companhia mais uma vez se provou resiliente, viabilizando aumento de 5,6% da receita bruta com destaque para o mercado externo, para o canal web commerce e para a marca Anacapri que tiveram aumento da receita de 67,4%, 56,9% e 29,9%, respectivamente. No mercado interno houve crescimento de 2,0% do faturamento com a abertura líquida de 29 lojas, oito ampliações e 15 reformas - adição de 2.390m² de área de venda ou crescimento de 7,3% se comparado com o 2014, excluindo outlets. Já nas vendas do sell-out nas mesmas lojas houve retração de 2,7%, contudo, a Companhia manteve o foco na tríade preço-moda-produto, que aliados as estratégias de aumento de conversão, conseguiu compensar parte da retração do fluxo nas lojas.

A Companhia, de forma robusta e consistente, mantém o investimento em opcionalidades de crescimento de curto, médio e longo prazos como: o roll-out da marca Anacapri no canal de franquias com abertura de 20 Lojas, a extensão da plataforma omni para Arezzo e Anacapri potencializando o canal de vendas online, a maior diversificação de categorias com aumento da participação no segmento de bolsas, o reforço da presença internacional com a operação piloto nos EUA e o endereçamento de novos públicos com o lançamento da nova marca Fiever, por exemplo. Em paralelo, a Companhia também busca o ganho por produtividade, e mesmo em momentos desfavoráveis mantém o nível de despesa em patamares históricos, a exemplo de 2015 que apresentou o cash SG&A¹ como percentual da receita em 26,0%, em linha com os anos anteriores (24,7%, 26,1% e 26,2% em 2014, 2013 e 2012, respectivamente).

A marca Arezzo continua aperfeiçoando sua metodologia de suprimento, através de maior frequência de coleções com importante alinhamento com o canal de franquias que, com isso, tem sua decisão de compra mais fracionada e próxima do momento do sell-out, trazendo importantes ganhos para a gestão de estoque. Além disso, devido a plena utilização da ferramenta de e-showroom, a agilidade na reposição de produtos continuáveis e best sellers, e rapidez na leitura do sell-out houve significativa melhora de performance de giro das coleções gerando melhores resultados na rede de franquias. Apesar da retração das vendas nas mesmas lojas, a rede de franquias Arezzo obteve lucro bruto maior, o que resultou em impacto positivo na geração de caixa do operador em 2015 ante o ano anterior.

Um relevante marco para a Arezzo em 2015 foi o lançamento da sua loja online após amplo processo de desenvolvimento e alinhamento com a rede de franquias. As ferramentas da plataforma alavancam as vendas das lojas físicas de diversas formas, possibilitando aplicação do conceito omni channel de coexistência e potencialização. Entre algumas das alavancas, a loja online realizou em 2015 mais de 24 mil notificações através do “Avise-me quando chegar”, ferramenta que disponibiliza às lojas físicas a informação de intenção de compra das consumidoras, aumentando a conversão nesse canal. Adicionalmente, a marca Arezzo encerrou o ano com 102 lojas no atual modelo arquitetônico através de aberturas, reformas e ampliações, e continuará com a renovação das lojas da rede, dessa forma melhorando a experiência de compra das consumidoras e colaborando para a diferenciação da marca.

A marca Schutz continua solidificando seu posicionamento nas categorias de produtos e canais que atua com uma proposta de valor atrativa para o seu perfil de consumidora. Nas categorias de bolsas e calçados a marca alavancou seu potencial com a criação de produtos ícones e de design atraente suportada por um plano de comunicação e marketing bem direcionado com ações, tais como Schutz My Name, My Perfect Pump, Tag Me e Schutz You. Com isso, a categoria de bolsas atingiu no ano 20,9% de representatividade do sell-out da marca. Além disso, o canal web commerce faturou R\$ 54,0 milhões, aumento de 23,2% frente 2014, resultado da evolução na gestão das informações obtidas através do canal, possibilitando melhor mix de oferta à cliente, experiência de compra diferenciada e de marketing direcionado.

A operação piloto nos EUA obteve em 2015 importantes resultados para seu desenvolvimento com a otimização dos canais de distribuição, nova estratégia de marketing, criação de produtos focados no público local, e maior sintonia de suprimento, potencializando as vantagens competitivas do modelo de negócio da Companhia. Ainda em fase laboratorial, no primeiro semestre de 2016 será inaugurada uma outra loja piloto, em Los Angeles, com objetivo de testar os aprendizados em um dos maiores mercados de calçados dos EUA.

A marca Anacapri continua em ritmo de expansão, com 20 novas franquias em 2015 e representando 7,1% do faturamento da Companhia no mercado interno. O lançamento da loja online em março, aliada a contínua evolução da estratégia de comunicação - com base em diversas parcerias realizadas ao longo do ano, visando expandir o recall da marca para além do seu ponto de venda - e a sinergia de gestão integrada do canal multimarca resultaram no crescimento de 29,9% em 2015.

A marca Alexandre Birman aproveitou a maior e melhor capacidade de suprimento através da nova fábrica para alavancar suas vendas tanto no mercado interno quanto externo em 2015, quase dobrando o faturamento das suas lojas. Com foco de atuação no fortalecimento do seu branding internacional através de eventos, relacionamento com atrizes e celebridades e ampla distribuição nas principais lojas de departamento do mundo, a marca vem expandindo seu awareness, gerando ótimos resultados.

A implantação bem-sucedida do novo ERP, dentro do prazo e orçamento propostos, foi um grande passo em 2015 para a sustentabilidade do crescimento de longo prazo da Arezzo&Co. Dessa forma, a Companhia abre espaço para novos projetos de crescimento e ganho de eficiência, a exemplo em 2016 da implantação do novo centro de distribuição no Espírito Santo, que objetiva a redução do lead time para praças estratégicas, o possível aumento de compra em outros polos produtivos e a agilidade na reposição de produtos continuáveis.

Um dos pilares centrais da estratégia da Companhia são pessoas capacitadas e motivadas e, por isso, a empresa mantém foco constante em programas para atrair, desenvolver e reter talentos. Atraindo futuros líderes, o quinto programa de trainees foi mais uma vez bastante concorrido, com mais de três mil inscritos de várias regiões do país. Em 2015 a ferramenta AIR de treinamento online foi amplamente utilizada e fortalecida, potencializando a capacitação das equipes nas diferentes áreas: já são mais de três mil usuários e mais de 120 cursos disponíveis gerando impacto positivo, principalmente, nas equipes do varejo.

Na Arezzo&Co, uma meta atingida nada mais é do que a base para a próxima. Assim, mantêm-se a motivação e a confiança em relação às perspectivas de 2016.

¹ Despesas comerciais, gerais e administrativas, excluindo depreciação, operação nos EUA, despesas de concepção da marca nova, despesas relativas ao novo ERP da Companhia, reclassificação das despesas com agenciamento, reclassificação das despesas com a fábrica de amostras, provisão tributária, baixa de imobilizado e stock options.

A ADMINISTRAÇÃO

2. VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Sobre a Arezzo&Co

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Acumulando 43 anos de história, comercializa atualmente mais de 10 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui cinco importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e Fiever

Suas linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de lojas próprias, franquias, multimarcas e web commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas são comercializados também em lojas próprias, franquias, multimarcas, web commerce e lojas de departamento. A Companhia encerrou 2015 presente em 489 franquias, 48 lojas próprias e em 2.190 lojas multimarcas no Brasil.

AREZZO

Fundada em 1972, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (Top of Mind) dos consumidores no setor de calçados femininos brasileiro, está entre as preferidas neste segmento e é uma das mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo e a satisfação do consumidor. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas, jornais e sites do país como modelo fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz investe significativamente em pesquisas de tendências, desenvolvimento de material e tecnologia para a criação do seu portfólio. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão.

O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que causa efeito, que é irriverente e tem estilo próprio. Convida a ousar, a buscar o diferente, a desafiar o que é consenso.

ANACAPRI

A Anacapri, marca especializada em flats do Grupo Arezzo&Co, nasceu em 2008 com o objetivo de descomplicar a vida de suas consumidoras com uma moda versátil e cheia de personalidade, sem abrir mão do conforto. São diversos modelos e cores por ano, apresentados em três grandes coleções e edições limitadas.

BIRMAN

A marca Alexandre Birman é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo em diversas regiões do mundo, tais como: América do Norte, Europa e Ásia.

A marca é demarcada pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior e conferiu a Alexandre Birman o prêmio Vivian Infantino Emerging Talent Award, como o talento na criação de sapatos do ano de 2009 (prêmio é reconhecido como o Oscar da Indústria Internacional de sapatos).

FIEVER

Uma alusão a FIVE (5ª marca do grupo) e FEVER (febre em inglês), nasceu em dezembro de 2015 como uma marca urbana, cool e despretenhosa voltada para o público jovem. O caminho que traça inclui o envolvimento de suas consumidoras na construção da marca, buscando sempre inovar, acompanhando o ritmo dessa geração. O ícone é o tênis white sole que traduz a essência da marca: prática, cool e versátil.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO - 2015

Resumo do Resultado	2014	2015	Δ (%)
Receita Líquida	1.052.909	1.120.557	6,4%
Lucro Bruto	449.299	475.899	5,9%
Margem bruta	42,7%	42,5%	-0,2 p.p.
EBITDA¹	161.301	165.496	2,6%
Margem EBITDA	15,3%	14,8%	-0,5 p.p.
Lucro líquido	112.752	119.663	6,1%
Margem líquida	10,7%	10,7%	0,0 p.p.
Indicadores Operacionais	2014	2015	Δ (%)
Número de pares vendidos (*000)	10.622	10.418	-1,9%
Número de bolsas vendidas (*000)	827	897	8,5%
Número de funcionários	2.091	2.106	0,7%
Número de lojas*	516	543	27
Próprias	54	49	-5
Franquias	462	494	32
Outsourcing (% da produção total)	90,0%	91,4%	1,4 p.p
SSS² sell-in (franquias)	4,0%	-8,8%	-12,8 p.p
SSS² sell-out (lojas próprias + franquias)	6,6%	-2,7%	-9,3 p.p
SSS² sell-out (lojas próprias + franquias + web commerce)	8,0%	-1,6%	-9,6 p.p

* Incluem lojas no exterior

(1) EBITDA = Lucro Antes do Resultado Financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

(2) SSS (vendas nas mesmas lojas): as lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell-out, e em vendas brutas para sell-in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, impactando a área de vendas em mais de 15%, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell-in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS sell-in, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada loja franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS sell-out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de lojas próprias e vendas de sell-out de franquias. Os números de sell-out de franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros. A partir do TT14, a Companhia passou a também reportar o SSS de sell-out incluindo as vendas do canal online.

Receita Bruta	2014	Part%	2015	Part%	Δ (%)
Receita bruta total	1.357.995		1.434.659		5,6%
 Mercado externo	76.195	5,6%	127.563	8,9%	67,4%
 Mercado interno	1.281.800	94,4%	1.307.096	91,1%	2,0%
Por marca					
<i>Arezzo</i>	766.782	59,8%	737.549	56,4%	-3,8%
<i>Schutz</i>	434.063	33,9%	467.119	35,7%	7,6%
<i>Anacapri</i>	71.748	5,6%	93.177	7,1%	29,9%
<i>Outros¹</i>	9.207	0,7%	9.251	0,7%	0,5%
Por canal					
<i>Franquias</i>	661.349	51,6%	638.293	48,8%	-3,5%
<i>Multimarcas</i>	299.612	23,4%	305.154	23,3%	1,9%
<i>Lojas próprias</i>	271.534	21,2%	291.540	22,3%	7,4%
<i>Web commerce</i>	43.812	3,4%	68.760	5,3%	56,9%
<i>Outros²</i>	5.493	0,4%	3.309	0,3%	-39,8%

(1) Inclui as marcas Alexandre Birman e Fiever apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.

(2) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

MARCAS

A Arezzo&Co distribui os produtos de suas cinco marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman e mais recentemente Fiever, através da rede de lojas próprias, franquias, multimarcas e web commerce, presente em todos os estados do país. Além disso, internacionalmente a Companhia comercializa através dos mesmos canais, como também das lojas de departamento.

A Companhia continua evoluindo no seu objetivo estratégico de consolidação da liderança no mercado interno de calçados, bolsas e acessórios de moda feminina, com aumento de sell-out de 4,5% através de suas lojas físicas e online no ano.

O último trimestre do ano possui a maior representatividade de sell-out para as marcas, sendo que em meados de outubro acontece uma promoção dentro da estação, com o objetivo de escoar as sobras da coleção de Pré-Verão e Verão I, abrindo espaço para entrada da nova coleção de Alto Verão. A estratégia da Companhia de ter o foco no sell-out, visando ter o produto certo na hora certa e no preço certo, resultou em um bom nível de giro da coleção, elevando o percentual de produtos vendidos a preço cheio, melhorando a margem bruta das lojas.

A marca Arezzo obteve R\$ 737,5 milhões em receita bruta em 2015, representando 56,4% do total das vendas no mercado interno. Nos últimos meses do ano, a marca continuou sua agenda de ativações, apoiada por um forte plano de comunicação e marketing, impactando positivamente as vendas, a exemplo da ação Viva La Vida que teve elevado nível de reposição dos modelos de alto giro. Adicionalmente, as campanhas The One e Natal Arezzo, ambas tendo como protagonistas importantes personalidades do entretenimento brasileiro, resultaram na recuperação de performance de SSS sell-out versus o terceiro trimestre. A estratégia da criação de uma coleção específica de presentes para o Natal, bem como uma outra coleção com foco em férias e Ano Novo, as quais tiveram uma entrega coordenada ao longo do mês de dezembro, obtiveram boa performance de venda, fazendo com que os resultados fossem crescentes ao longo do mês. Além disso, a marca continua expandindo sua rede, adicionando quatro lojas no ano. Por fim, após o planejamento e aguardado lançamento da loja online no terceiro trimestre, a marca cresce sua penetração no canal de forma importante, representando 1,5% da receita da marca no mercado interno com cinco meses de operação.

A marca Schutz atingiu receita bruta de R\$ 467,1 milhões no trimestre, ou 35,7% das vendas no mercado interno. A categoria de bolsas continua com excelente performance, alcançando 20,9% de representatividade no sell-out das lojas físicas em 2015. Ademais, consolidando sua presença online no mercado interno, a marca atingiu com sua loja web commerce representatividade de 11,6% do faturamento nacional da marca. Nos EUA a marca apresentou ao longo de 2015 uma ótima performance de vendas em todos os canais, dando credibilidade para um novo ciclo de testes com a abertura de uma nova loja no primeiro semestre de 2016 e ações de marketing voltadas para geração de awareness entre as consumidoras.

A marca Anacapri apresentou crescimento de 29,9% no ano em comparação com 2014, totalizando R\$ 93,2 milhões em receita bruta, ou 7,1% das vendas no Brasil. A marca continua expandindo sua base de lojas, fechando o ano com 70 franquias e quatro lojas próprias, e a loja online respondeu no 4T15 por 3,7% do faturamento da Anacapri no Brasil. A marca continua expandindo sua penetração no mercado, aliada com ações de comunicação e marketing com foco no conceito “descomplicado” da marca, embasado pela sua oferta focada em calçados flats.

A marca Alexandre Birman através do contínuo foco no fortalecimento de seu branding internacional apresentou crescimento de 55,9% no ano ante 2014. A marca vem reforçando seu posicionamento através de coleções mais assertivas, iniciativas de produtos e marketing bem direcionadas ao seu público alvo e aumento da presença nas principais lojas de departamento internacionais.

Em linha com o planejamento estratégico, em dezembro a Companhia lançou sua quinta marca, Fiever, que visa endereçar a consumidora jovem e urbana, proporcionando através de sua loja piloto uma experiência colaborativa e produtos inovadores tais como, o tênis com cabedal “changeable”, ou seja, calçado que pode ter diferentes cabedais para o mesmo solado.

CANAIS

MONOMARCAS - FRANQUIAS E LOJAS PRÓPRIAS

Seguindo a estratégia da Companhia de fortalecimento das lojas monomarca, as vendas do sell-out da rede Arezzo&Co (lojas próprias + web commerce + franquias) apresentaram um crescimento de 4,5% em 2015 em relação a 2014, devido principalmente ao aumento de área, através de aberturas e ampliações, e ao lançamento da loja online das marcas Arezzo e Anacapri em 2015. No conceito vendas nas mesmas lojas físicas, houve redução de 2,7% no ano, com recuperação importante no último trimestre ante o número apresentado no terceiro trimestre, consequência das ações de reversão colocadas em prática no final do ano, tais como: lançamento de bolsa ícone na marca Schutz, campanha de natal na marca Arezzo, compra de natal incentivada na marca Anacapri, entre outras.

A receita da Companhia proveniente das lojas monomarca, representadas por sell-in de franquias e sell-out de lojas próprias e web commerce, apresentou crescimento de 2,2% em 2015 ante 2014, em virtude do crescimento do canal webcommerce de 56,9%, principalmente. As lojas monomarca representaram 76,4% do faturamento no mercado doméstico em 2015.

A performance do canal franquias, com redução do SSS sell-in de 8,8% e representatividade de 48,8% nas vendas domésticas em 2015, foi reflexo da estratégia de melhorar a eficiência do giro dos produtos, visando com isso aumentar o mark-up médio da rede e, ao final do ano, da data de carnaval antecipada, que reduz a cobertura de estoque da coleção de Verão nas lojas. Além disso, corroborando com a estratégia de melhor giro, o maior número de showrooms, aproximando o momento de compra do franqueado do momento de venda para o cliente e munindo os operadores de informações de venda e reações dentro da mesma estação, possibilitou realizar maior volume de vendas a preço cheio, menos remarcações e menor nível de estoques ao final do ano. Adicionalmente, a performance do canal foi parcialmente compensada pela abertura líquida de 34 franquias nos últimos 12 meses, sendo oito da marca Arezzo, seis da marca Schutz e 20 da marca Anacapri. Além disso, oito franquias da marca Arezzo foram expandidas nos últimos 12 meses, adicionando 254,1 m² à área de vendas do canal.

Em 2015, a diferença entre a performance de vendas nas mesmas lojas físicas no sell-out em relação ao sell-in, -2,7% e -8,8%, respectivamente, evidencia o contínuo trabalho da Companhia na saúde da rede de franquias. Essa lacuna representa uma melhora estimada média em 2015 de 3411 bps na margem bruta da rede e crescimento estimado de 4,5% do lucro bruto.

Considerando o canal lojas próprias e web commerce, somente, houve crescimento de 14,3% da receita no ano, mesmo com redução de 12,8% na área de vendas, impulsionado pelas vendas na loja online, com a maturação da loja da marca Schutz e lançamento das lojas das marcas Arezzo e Anacapri.

Com a abertura líquida no mercado interno de 29 lojas, a Companhia encerrou 2015 com 537 lojas monomarca no Brasil e seis no exterior, sendo no Brasil 382 da marca Arezzo, 78 da marca Schutz, 74 da marca Anacapri, duas da marca Alexandre Birman e uma da marca Fiever.

Histórico de lojas	2014	1T15	1S15	9M15	2015
Área de venda¹,² - Total (m²)	35.641	35.735	35.235	36.053	37.342
Área de venda - franquias (m²)	28.466	28.337	28.744	29.649	31.087
Área de venda - lojas próprias² (m²)	7.175	7.398	6.491	6.404	6.255
Total de lojas no Brasil	508	508	511	519	537
Número de franquias	455	455	460	469	489
Arezzo	359	356	356	360	367
Schutz	46	46	48	48	52
Anacapri	50	53	56	61	70
Fiever	-	-	-	-	-
Número de lojas próprias	53	53	51	50	48
Arezzo	19	19	17	16	15
Schutz	27	28	28	28	26
Alexandre Birman	2	2	2	2	2
Anacapri	5	4	4	4	4
Fiever	-	-	-	-	1
Total de lojas no Exterior	8	6	6	6	6
Número de franquias	7	5	5	5	5
Número de lojas próprias	1	1	1	1	1

(1) Inclui metragens das sete lojas no exterior

(2) Inclui sete lojas do tipo Outlets cuja área total é de 2.090 m²

(3) Inclui metragens de lojas ampliadas

MULTIMARCAS

Em 2015, o canal Multimarcas apresentou crescimento de 1,9% em relação a 2014, impactado por uma base de comparação mais forte, por conta da estratégia da Companhia de unificação da gestão de todas as marcas do canal iniciada no segundo semestre de 2014, e pela redução da confiança dos lojistas, reflexo da performance de sell-out no terceiro trimestre. Por outro lado, a captura de novos clientes, o crescimento do share of wallet nos clientes existentes, e o aumento do cross-selling entre as marcas e categorias foram fundamentais para manter as vendas do canal nos níveis apresentados em 2014 e, dada a importância estratégica do canal, servirão de base para a performance de 2016.

No ano, as quatro marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.190 lojas, redução de 0,4% ante 2014, e estão presentes em 1.221 cidades.

Principais indicadores financeiros	2014	2015	Δ (%)
Receita Líquida	1.052.909	1.120.557	6,4%
CMV	(603.610)	(644.658)	6,8%
Lucro Bruto	449.299	475.899	5,9%
<i>Margem bruta</i>	42,7%	42,5%	-0,2 p.p.
SG&A	(301.228)	(334.611)	11,1%
%Receita	28,6%	29,9%	1,3 p.p.
Despesa comercial	(214.281)	(232.582)	8,5%
Lojas próprias e Web commerce	(95.233)	(106.595)	11,9%
Venda, logística e suprimentos	(119.049)	(125.987)	5,8%
Despesas gerais e administrativas	(70.009)	(75.345)	7,6%
Outras (despesas e receitas)	(3.708)	(2.476)	-33,2%
Depreciação e amortização	(13.230)	(24.208)	83,0%
EBITDA	161.301	165.496	2,6%
<i>Margem EBITDA</i>	15,3%	14,8%	-0,5 p.p.
Lucro líquido	112.752	119.663	6,1%
<i>Margem líquida</i>	10,7%	10,7%	0,0 p.p.
Capital de giro¹ - % da receita	28,9%	29,2%	0,3 p.p.
Capital empregado² - % da receita	43,4%	44,4%	1,0 p.p.
Dívida total	99.410	123.153	23,9%
Dívida líquida³	(100.975)	(102.609)	1,6%
Dívida líquida/EBITDA	-0,6x	-0,6x	n/a

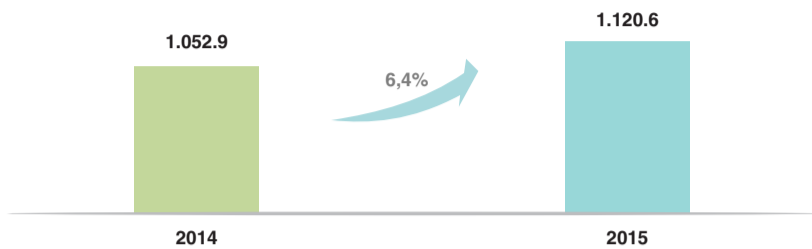
(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

(2) Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.

Continuação →

RECEITA LÍQUIDA

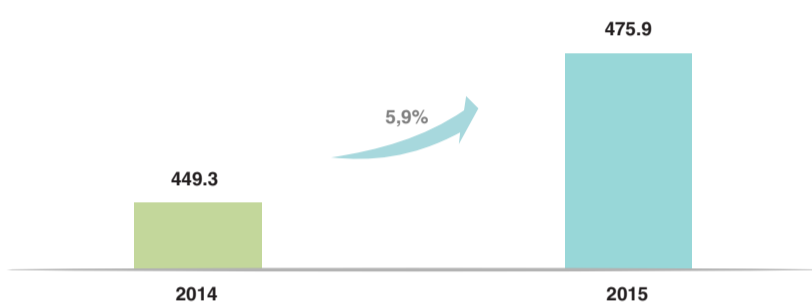
A receita líquida da Companhia atingiu R\$ 1,1 bilhão no ano, +6,4% em relação a 2014. Dentre os principais fatores, destacam-se:



- i) Aumento de 67,4% das exportações, gerado por importante ganho de preço e volume;
- ii) Expansão do canal web commerce para as marcas Arezzo e Anacapri, que somadas a operação da Schutz, geraram 56,9% de crescimento em 2015; e
- iii) Alinhado com a estratégia de melhoria de mark-up médio da rede, e devido a redução de 2,7% no sell-out das mesmas lojas físicas houve a retração no nível de sell-in no canal franquias em 3,5%.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto de 2015 totalizou R\$ 475,9 milhões e margem bruta de 42,5%.



A expansão de margem é explicada pelo aumento da participação na receita dos canais web commerce e exportação, esse último tendo significativa melhora de margem bruta em relação a 2014.

Vale lembrar que a Companhia segue uma estratégia de estabilidade de margem bruta por canal, cabendo certa variação nos canais de lojas próprias, web commerce e exportação.

DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia trabalha fortemente para adequar os níveis de despesas à evolução do faturamento. Ao final do ano, observou-se redução do aumento das despesas com crescimento de 8,3%, excluindo depreciação e amortização e outras (despesas) e receitas, comparando com 10,5% de aumento nos primeiros 9 meses de 2015.

Despesas Comerciais

Em 2015, houve uma expansão de 8,5% das despesas comerciais quando comparadas a 2014, alcançando R\$ 232,6 milhões neste ano. As despesas de lojas próprias e web commerce somaram R\$ 106,6 milhões no ano, aumento de 11,9% frente a 2014, ficando abaixo do crescimento de 14,3% do sell-out desses canais no mesmo período.

As despesas de vendas, logística e suprimentos somaram R\$ 126,0 milhões, aumento de 5,8% ante 2014, reflexo da operação nos EUA - com variação cambial de R\$ 3,7 milhões nas despesas ante o ano anterior e R\$ 2,0 milhões referentes ao encerramento de acordos comerciais passados - e de despesas com a nova marca de R\$ 400 mil.

Despesas Gerais e Administrativas

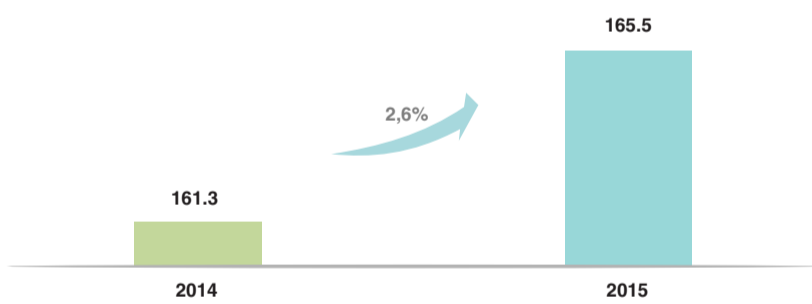
Em 2015, as despesas gerais e administrativas somaram R\$ 75,3 milhões ante R\$ 70,0 milhões em 2014, aumento de 7,6%, explicado pelo aumento das despesas na operação nos EUA e do impacto das despesas relativas ao novo ERP da Companhia no valor de R\$ 3,2 milhões.

Outras (despesas) e receitas

Em 2015, a Companhia somou uma despesa de R\$ 2,5 milhões na linha de outras (despesas) e receitas, ante a despesa de R\$ 3,7 milhão em 2014.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA da Companhia atingiu R\$ 165,5 milhões no ano, com margem EBITDA de 14,8%, uma redução de 50 bps. Dentre os principais motivos, destacam-se:



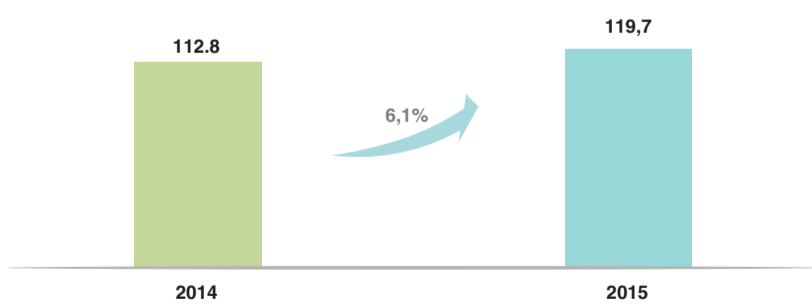
- i) Receita líquida com crescimento de +6,4%;
- ii) Margem bruta estável; e
- iii) Despesas operacionais como percentual da receita, excluindo depreciação e amortização, em 27,7%, aumento de 35 bps em relação a 2014.

Levando em consideração os últimos 12 meses, vale mencionar o impacto da operação nos EUA na margem EBITDA da Companhia de 150 bps, em linha com o apresentado nos anos anteriores.

	2014	2015
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido	112.752	119.663
(-) Imposto de renda e contribuição social	(48.735)	(44.894)
(-) Resultado financeiro	13.417	23.269
(-) Depreciação e amortização	(13.230)	(24.208)
(=) EBITDA	161.300	165.496

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

A Companhia apresentou conversão de margem EBITDA de 14,8% para margem líquida de 10,7% em 2015, reflexo do aumento do emprego de capital em ativo imobilizado nos últimos anos, principalmente em TI. E, devido ao maior ativo permanente no ano, a depreciação teve um aumento de 83,0% no período.



O lucro líquido do ano somou R\$ 119,7 milhões, crescimento de 6,1% em relação a 2014.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

A Arezzo&Co apresentou geração de caixa de R\$ 91,2 milhões no ano, que apesar do maior lucro operacional, por conta da mudança na política de pagamento à fornecedores no segundo semestre de 2014 - que culminou em relevante impacto positivo na geração de caixa de 2014 - e foi mantida em 2015, foi inferior a 2014 em R\$ 18,7 milhões.

	2014	2015	Δ (R\$)	Δ (%)
Geração de caixa operacional	161.487	164.557	3.070	1,9%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.230	24.208	10.978	83,0%
Depreciações e amortizações	(812)	(9.758)	(8.946)	1101,7%
Outros	(9.760)	(48.317)	(38.557)	395,1%
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos	(30.538)	(18.708)	11.830	-38,7%
Contas a receber de clientes	(13.763)	(11.754)	2.009	-14,6%
Estoques	35.456	(5.434)	(40.890)	n/a
Fornecedores	(915)	(12.421)	(11.506)	1257,5%
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(54.180)	(39.443)	14.737	-27,2%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	109.965	91.247	(18.718)	-17,0%

INVESTIMENTOS - CAPEX

Os investimentos da Companhia têm três naturezas:

- i) Investimento em expansão ou reforma de pontos de venda próprios;
 - ii) Investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritório; e
 - iii) Outros investimentos, que são principalmente relacionados à modernização da operação industrial.
- O CAPEX total em 2015 foi de R\$ 25,8 milhões devido principalmente a investimentos corporativos em TI relacionados à estratégia omni channel da Companhia. A redução do CAPEX de 2015 em comparação com o ano anterior reflete o encerramento da implantação do novo ERP e as diretrizes da Companhia para reduzir os investimentos no ano.

Sumário de investimentos	2014	2015	Δ (%)
Capex total	50.530	25.775	-49,0%
Lojas - expansão e reforma	9.776	3.459	-64,6%
Corporativo	35.587	19.249	-45,9%
Outros	5.167	3.067	-40,7%

POSIÇÃO DE CAIXA E ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou 2015 com R\$ 102,6 milhões de caixa líquido. A política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R\$ 123,2 milhões em 2015 ante R\$ 99,4 milhões no ano anterior;
- Endividamento de longo prazo de 30,7% da dívida total no final do ano, ante 34,5% em 2014; e
- O custo médio ponderado da dívida total da Companhia em 2015 se mantém em níveis reduzidos.

Posição de caixa e endividamento	2014	2015
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	200.385	225.762
Dívida total	99.410	123.153
Curto prazo	65.081	85.336
% dívida total	65,5%	69,3%
Longo prazo	34.329	37.817
% dívida total	34,5%	30,7%
Dívida líquida	(100.975)	(102.609)

ROIC (RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO)

Em linha com o direcionamento estratégico da Companhia visando sustentabilidade e melhorias operacionais de longo prazo, os níveis de investimento em capital empregado estão superiores aos dos anos anteriores. O retorno sobre o capital investido (ROIC) foi de 19,4% em 2015, impactado principalmente pela concentração de investimentos em infraestrutura que somente apresentarão efeitos positivos no médio e longo prazos, tais como os investimentos realizados na implantação do novo ERP da Companhia.

Resultado operacional	2013	2014	2015	Cresc. (%)
EBIT (UDM)	148.490	148.069	141.288	-4,6%
+ IR e CS (UDM)	(45.562)	(48.735)	(44.894)	-7,9%
NOPAT	102.928	99.334	96.394	-3,0%
Capital de giro ¹	290.975	304.546	327.005	7,4%
Ativo permanente	135.657	165.843	164.322	-0,9%
Outros ativos de longo prazo ²	9.602	7.889	25.138	218,6%
Capital empregado	436.234	478.278	516.465	8,0%
Média do capital empregado³	457.256	497.372	497.372	8,8%
ROIC⁴	21,7%	21,7%	19,4%	

(1) Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

(2) Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.

(3) Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.

(4) ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio.

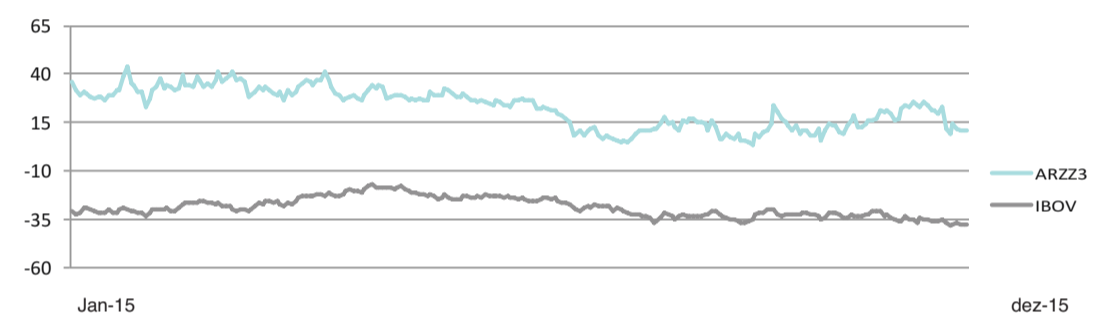
4. PRINCIPAIS PREMIAÇÕES RECEBIDAS EM 2015

Principais premiações recebidas em 2015

Organizador	Prêmio	Categoria
ABF	Prêmio Empreendedor do ano	Empreendedorismo
ALSHOP	Prêmio Hors Concours	Calçados femininos
Revista Época / Reclame Aqui	Prêmio E-commerce	Calçados, Bolsas e Acessórios

5. MERCADO DE CAPITALIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 30 de dezembro de 2015, a capitalização de mercado da Companhia era de R\$ 1,9 bilhão (cotação R\$ 21,00) redução de 22% quando comparado ao mesmo período de 2014.



Arezzo&Co

Ações emitidas	88.735.476
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (30/12/2015)	21,00
Market Cap	1.863.444.996
Desempenho	
2011 ¹	20%
2012 ²	71%
2013 ³	-24%
2014 ⁴	-9%
2015 ⁵	-22%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011

(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012

(3) Período de 28/12/2012 até 30/12/2013

(4) Período de 30/12/2013 até 30/12/2014

(5) Período de 30/12/2014 até 30/12/2015

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.

Pagamentos projetados¹:

Data de referência	Data de pagamento	Proventos	R\$	Valor bruto por ação ordinária (R\$)
24/04/2015	15/05/2015	Dividendo	35.348.263,63	0,39859
15/06/2015	30/06/2015	JCP	9.750.073,74	0,10994
15/06/2015	30/06/2015	JCP Complementar	5.802.596,75	0,06543
03/08/2015	28/08/2015	Dividendo	9.487.923,49	0,10692
14/12/2015	30/12/2015	JCP	9.750.073,74	0,10988
14/12/2015	30/12/2015	JCP Complementar	8.208.266,04	0,09256

(1) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezocco.com.br.

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"). Os serviços realizados pela EY para a Companhia, em 2015, ligados à atividade de auditoria ou revisão, podem ser resumidos como segue:

- Auditoria completa, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2015; e
- Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os honorários relativos aos serviços acima estão estimados em R\$ 390.000,00.

Além dos serviços recorrentes ligados à atividade de auditoria e revisão, outros serviços não ligados à atividade de auditoria ou revisão foram prestados pela EY. Os honorários relativos a estes outros serviços totalizaram R\$ 137.700, e estão relacionados a: i) revisão técnica de estudo tributário realizado por terceiros em relação aos impactos dos tributos indiretos em operações de compra e venda de mercadorias; ii) serviços relacionados à diagnóstico técnico do SPED Fiscal; e iii) serviços de avaliação de impacto tributário decorrente da realocação do centro de distribuição.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa visa evitar o conflito de interesses, e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e consistem, basicamente, de acordo com as normas internacionais atuais em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia; e (d) o auditor não presta quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

O auditor independente declara que serão comunicados todos os relacionamentos e outros assuntos existentes entre o Auditor Independente, ou outras firmas membros da sua organização e a Empresa que, de acordo com seu julgamento profissional, podem estar, razoavelmente, relacionados com a independência (incluindo honorários totais cobrados por serviços relacionados à auditoria, ou não, prestados pelo Auditor Independente) e as salvaguardas relacionadas que tiverem sido aplicadas a fim de eliminar ameaças identificadas à independência ou reduzi-las a um nível aceitável.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES - RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezocco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.

Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezocco.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

8. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2015 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

AVISO IMPORTANTE

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no "U.S. Private Securities Litigation Reform Act" de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Continuação →

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Ativo						Passivo					
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e bancos	5	4.548	6.110	8.822	10.831	Empréstimos e financiamentos	16	65.521	37.266	85.336	65.081
Aplicações financeiras	6	208.044	189.554	216.940	189.554	Fornecedores	17	55.414	64.368	64.881	70.315
Contas a receber de clientes	7	232.035	239.147	280.528	277.913	Obrigações fiscais e sociais	19	7.286	5.435	20.285	14.891
Estoques	8	37.303	37.006	106.951	98.131	Obrigações trabalhistas	18	6.315	11.516	12.876	17.105
Impostos a recuperar	9	13.802	20.773	21.222	27.742	Outras obrigações		4.301	3.932	7.394	11.411
Outros créditos	10	17.478	8.613	23.740	14.482	Total do passivo circulante		138.837	122.517	190.772	178.803
Total do ativo circulante		513.210	501.203	658.203	618.653	Passivo não circulante					
Ativo não circulante						Empréstimos e financiamentos	16	36.973	33.444	37.817	34.329
Realizável a longo prazo						Partes relacionadas	12	-	-	1.393	950
Aplicações financeiras	6	-	-	919	29	Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	20	4.226	4.505	5.594	5.317
Contas a receber de clientes	7	14.217	-	14.217	-	Provisão para perdas com investimentos	13	24.487	9.129	-	-
Partes relacionadas	12	42.437	28.486	-	-	Outras obrigações		468	816	467	817
Depósitos judiciais	20	6.054	5.242	8.621	6.939	Total do passivo não circulante		66.154	47.894	45.271	41.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	3.231	2.429	6.285	4.124	Patrimônio líquido					
Outros créditos	10	1.381	320	1.381	921	Capital social	21.1	261.247	220.086	261.247	220.086
		67.320	36.477	31.423	12.013	Reserva de capital	21.2	35.377	70.739	35.377	70.739
Investimentos	13	163.745	133.617	-	-	Reservas de lucros	21.3	308.079	250.120	308.079	250.120
Imobilizado	14	24.105	24.386	73.593	75.767	Outros resultados abrangentes	21.4	(5.502)	-	(5.502)	-
Intangível	15	54.516	51.021	90.729	90.076	Proposta de distribuição de dividendos adicional	22	18.704	35.348	18.704	35.348
		242.366	209.024	164.322	165.843	Total do passivo e patrimônio líquido		822.896	746.704	853.948	796.509
Total do ativo não circulante		309.686	245.501	195.745	177.856						
Total do ativo		822.896	746.704	853.948	796.509						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Proposta distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
				Reserva legal	Reserva para investimentos	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2013		157.186	128.288	18.555	2.683	186.936	20.894	-	-	514.542
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	112.752	-	112.752
Aumento de capital	21.1	62.000	(62.000)	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de opções de ações	21.2	-	4.451	-	-	-	-	-	-	4.451
Emissão de ações	21.1	900	-	-	-	-	-	-	-	900
Reserva legal	21.3	-	-	5.638	-	-	-	(5.638)	-	-
Destinação:										
Juros sobre capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	22	-	-	-	-	-	-	(24.386)	-	(24.386)
Dividendos intercalares pagos	22	-	-	-	-	-	(20.894)	-	-	(20.894)
Dividendos propostos	22	-	-	-	-	-	-	(11.072)	-	(11.072)
Retenção de lucros	21.3	-	-	-	-	36.308	35.348	(35.348)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		220.086	70.739	24.193	2.683	223.244	35.348	(36.308)	-	576.293
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	119.663	-	119.663
Diferença cambial sobre conversão de operação estrangeira	21.4	-	-	-	-	-	-	-	(5.502)	(5.502)
Aumento de capital	21.1	40.111	(40.111)	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de opções de ações	21.2	-	4.749	-	-	-	-	-	-	4.749
Emissão de ações	21.1	1.050	-	-	-	-	-	-	-	1.050
Reserva legal	21.3	-	-	5.983	-	-	-	(5.983)	-	-
Destinação:										
Juros sobre capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	(33.511)	-	(33.511)
Dividendos pagos	22	-	-	-	-	-	(35.348)	-	-	(35.348)
Dividendos intercalares pagos	22	-	-	-	-	-	-	(9.489)	-	(9.489)
Dividendos propostos	22	-	-	-	-	-	18.704	(18.704)	-	-
Retenção de lucros	21.3	-	-	-	-	51.976	-	(51.976)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		261.247	35.377	30.176	2.683	275.220	18.704	-	(5.502)	617.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	24	966.356	918.726	1.120.557	1.052.909
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	(640.634)	(595.536)	(644.658)	(603.610)
Lucro bruto		325.722	323.190	475.899	449.299
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	26	(111.617)	(105.618)	(249.242)	(221.352)
Administrativas e gerais	26	(73.619)	(70.455)	(82.893)	(76.169)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(6.728)	(6.417)	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	29	(3.310)	(1.375)	(2.476)	(3.708)
Lucro antes do resultado financeiro		(195.274)	(183.865)	(334.611)	(301.229)
Resultado financeiro	28	130.448	139.325	141.288	148.070
Despesas financeiras		(8.672)	(5.751)	(16.153)	(14.976)
Receitas financeiras		29.398	24.045	29.498	25.874
Variações cambiais, líquidas		9.808	2.078	9.924	2.519
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		30.534	20.372	23.269	13.417
Imposto de renda e contribuição social	11.b	160.982	159.697	164.557	161.487
Corrente		(42.121)	(44.574)	(47.055)	(47.345)
Diferido		802	(2.371)	2.161	(1.390)
Lucro líquido do exercício		119.663	112.752	119.663	112.752
Lucro básico por ação - R\$	23	1,35	1,27	1,35	1,27
Lucro diluído por ação - R\$	23	1,35	1,27	1,35	1,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício		119.663	112.752	119.663	112.752
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras		(5.502)	-	(5.502)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		114.161	112.752	114.161	112.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receitas		1.158.987	1.109.736	1.374.917	1.302.789
Insumos adquiridos de terceiros		(891.134)	(842.759)	(924.156)	(866.197)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(75.540)	(84.106)	(157.969)	(152.477)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas		(2.090)	(2.705)	(4.454)	(4.716)
Outros custos de produtos e serviços prestados		(16.937)	(6.606)	(24.208)	(13.230)
Valor adicionado bruto		250.916	260.371	426.553	423.262
Depreciação e amortização		(6.728)	(6.417)	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		52.710	28.949	52.925	31.218
Valor adicionado recebido em transferência		1.439	(1.011)	2.274	(3.344)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa		52.710	28.949	52.925	31.218
Outras receitas(despesas)		1.439	(1.011)	2.274	(3.344)
Valor adicionado total a distribuir		298.337	281.892	481.752	451.236
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		72.913	64.192	133.135	116.371
- Salários, benefícios e FGTS		67.432	55.598	127.683	107.688
- Participação dos empregados no lucro		732	4.143	703	4.232
- Plano de opções de ações		4.749	4.451	4.749	4.451
Tributos		79.527	92.415	161.678	166.246
- Federais		82.879	94.144	113.555	119.766
- Estaduais		(3.405)	(2.362)	47.561	45.129
- Municipais		53	633	562	1.351
Remuneração de capitais de terceiros		26.234	12.533	67.276	55.867
- Juros		1.933	2.367	2.516	4.208
- Aluguéis		4.058	3.956	37.620	38.066
- Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva		20.243	6.210	27.140	13.593
Remuneração de capitais próprios		119.663	112.752	119.663	112.752
- Juros sobre o capital próprio e dividendos		61.704	70.806	61.704	70.806
- Lucros retidos do exercício		57.959	41.946	57.959	41.946
Valor adicionado distribuído		298.337	281.892	481.752	451.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia contava com 489 franquias no Brasil e 5 no exterior; 48 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal "web commerce" destinado à vendas de produtos da marca Schutz, Arezzo e Anacapri.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")
A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Campinas, Itupeva, São Roque, Cajamar, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Brasília, Alexania, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Gramado, Belo Horizonte e Curitiba.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")
A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos. Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

D

Continuação →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Controladas	Pais-sede	Participação total - %			
		2015		2014	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99	-	99,99	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00	-	100,00	-
ARZZ LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

ii. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

Vida útil	média estimada
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras

no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2015 e 2014 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.13. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

(*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP na alíquota de 1% no exercício de 2014 e até novembro de 2015. A partir de dezembro de 2015, conforme alterado pela Lei 13.161/2015, em vigor a partir de 1º.12.2015, a alíquota passou a ser de 1,5%. No exercício de 2014 e até novembro de 2015, também o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Lei 12.546. Como a Lei nº 13.161/2015 tornou opcional o ingresso da empresa no sistema de desoneração da folha de pagamento e majorou as alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Administração da Companhia optou pela não continuidade da desoneração nas empresas de varejo.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de empréstimos e recebíveis e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

As aplicações financeiras foram designadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial. A Companhia não tem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e não tem passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes

de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por cinco marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri e Fiever), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e web commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contrato de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. Os contratos foram avaliados pela Companhia e classificados como arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções") para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em "despesas de pessoal" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros

Continuação →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Renda fixa (a)	31.417	26.781	40.313	26.781
Fundo de Investimento Exclusivo				
CDB	11.584	15.441	11.584	15.441
Operações Compromissadas	23.704	51.911	23.704	51.911
Letras Financeiras (CEF)	85.746	-	85.746	-
Letras Financeiras do Tesouro	55.593	95.421	55.593	95.421
	208.044	189.554	216.940	189.554
Não circulante				
Fundo de capitalização	-	-	919	29
Total das aplicações financeiras	208.044	189.554	217.859	189.583

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo
O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, taxas de custódia, às taxas de auditoria e a despesas. O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada. Em 31 de dezembro de 2015, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 101,2% do CDI. Os ativos são compostos em 25% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 61,7% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras

7. CONTAS A RECEBER	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Duplicatas - clientes nacionais	180.275	190.616	183.221	192.231
Duplicatas - clientes estrangeiros	39.402	24.663	53.681	34.258
Duplicatas - partes relacionadas (Nota 12.a)	28.800	24.233	-	-
Cheques	16	-	266	119
Cartões de crédito	-	-	59.864	51.716
	248.493	239.512	297.032	278.324
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.241)	(365)	(2.287)	(411)
	246.252	239.147	294.745	277.913
	232.035	239.147	280.528	277.913
Não Circulante	14.217	-	14.217	-

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de "duplicatas - clientes nacionais".

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(365)	(252)	(411)	(288)
Adições	(2.034)	(365)	(2.034)	(315)
Realizações	158	252	158	392
Saldo no final do exercício	(2.241)	(365)	(2.287)	(411)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	224.313	227.946	271.960	266.758
Vencido até 30 dias	16.025	3.245	16.416	3.245
Vencido de 31 a 60 dias	3.819	1.061	3.866	1.061
Vencido de 61 a 90 dias	2.856	625	2.856	625
Vencido de 91 a 180 dias	1.409	3.548	1.431	3.548
Vencido de 181 a 360 dias	71	2.751	99	2.751
Vencido há mais de 360 dias	-	336	404	336
	248.493	239.512	297.032	278.324

O cenário econômico atual vem apresentando dificuldades financeiras para alguns clientes. Dado este contexto e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

Em 31 de dezembro de 2015 o montante das negociações reclassificado para o contas a receber não circulante totaliza R\$ 14.217. Também, houve uma baixa líquida de R\$ 499 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Do total do contas a receber classificado no não circulante 63% será recebido em 2017.

A Companhia efetuou uma avaliação da recuperabilidade das contas a receber que apresentavam maior risco de recuperação baseada, principalmente, nos critérios de avaliação de crédito interno e garantias atreladas em cada contrato. O valor excedente destes contratos foi provisionado no resultado, como despesas comerciais.

Do total das contas a receber em dezembro de 2015, R\$ 97 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2014) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. ESTOQUES	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matéria prima	5.672	6.407	12.359	13.161
Produtos em elaboração	-	-	9.831	9.739
Produtos acabados	33.422	27.865	87.163	70.867
Adiantamentos a fornecedores	1.793	4.273	2.071	5.903
(-) Provisão para perdas	(3.584)	(1.539)	(4.473)	(1.539)
	37.303	37.006	106.951	98.131

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(1.539)	(799)	(1.539)	(799)
Adições	(2.529)	(1.054)	(3.418)	(1.054)
Recuperações/realizações	484	314	484	314
Saldo no final do exercício	(3.584)	(1.539)	(4.473)	(1.539)

9. IMPOSTOS A RECUPERAR	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recuperar	7.013	11.165	8.301	11.985
Antecipação de IRPJ	4.787	6.061	5.610	6.867
Antecipação de CSLL	1.562	1.986	1.942	2.357
Outros	440	1.561	5.369	6.533
	13.802	20.773	21.222	27.742

10. OUTROS CRÉDITOS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos ao fundo de propaganda	10.002	4.268	10.002	4.268
Créditos junto a franqueados	2.453	2.457	2.453	3.903
Adiantamentos a fornecedores	2.222	975	4.444	2.525
Adiantamentos a empregados	701	332	1.172	850
Adiantamentos de viagens	289	846	334	848
Despesas antecipadas	2.688	55	3.775	201
Outros créditos a realizar	504	-	2.941	2.808
	18.859	8.933	25.121	15.403
Circulante	17.478	8.613	23.740	14.482
Não circulante	1.381	320	1.381	921

Adiantamentos ao fundo de propaganda
Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo", "Rede de Franquias Schutz" e "Rede de Franquias Anacapri"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo", "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz" e "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
a) Impostos diferidos				
O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.				
	3.231	2.429	3.551	2.382
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	2.734	1.742
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	3.231	2.429	6.285	4.124

Imposto de renda e contribuição social diferidos:
Sobre diferenças temporárias
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de abertura	2.429	4.800	4.124	5.514
Imposto diferido reconhecido no resultado	802	(2.371)	2.161	(1.390)
Saldo final	3.231	2.429	6.285	4.124

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2015	2.653	3.669		
2016	289	1.308		
2017	289	1.308		
Total	3.231	6.285		

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de abertura	2.429	4.800	4.124	5.514
Imposto diferido reconhecido no resultado	802	(2.371)	2.161	(1.390)
Saldo final	3.231	2.429	6.285	4.124

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contas a receber	28.800	41.382	1.055	4.448
Créditos	-	-	-	-
Mútuo	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	-
Mútuo	-	-	-	-
Receitas	-	-	-	-
Compras	-	-	-	-

Empresas controladas
ARZZ Co LLC
ARZZ International INC
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.
Total Controladora
Consolidado
Acionistas controladores
Total Consolidado

Empresas controladas
ARZZ Co LLC
ARZZ International INC
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.
Total Controladora
Consolidado
Acionistas controladores
Total Consolidado

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas
A Companhia mantém operações com partes relacionadas das são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 69 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 13 dias.

c) Remuneração da Administração
A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 5.613 (R\$ 4.329 em 31 de dezembro de 2014), como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	4.897	3.370
Remuneração variável bônus	716	959
Total da remuneração	5.613	4.329

13. INVESTIMENTOS

Descrição	Patrimônio líquido		Capital social		Receita líquida	Resultado do exercício	%	Investimento/Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
	2015	2014	2015	2014				2015	2014		
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	186.209	53.659	132.550	93.614	237.896	6.350	99,99	132.550	126.678	6.350	5.353
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	44.451	13.256	31.195	27.592	84.237	(3.222)	99,99	31.195	6.939	(3.222)	(2.034)
Investimentos	39.833	64.320	(24.487)	24.270	58.793	(9.856)	100,00	163.745	133.617	3.128	3.319
Provisão para perdas com investimentos								(24.487)	(9.129)	(9.856)	(9.736)
								(24.487)	(9.129)	(9.856)	(9.736)
								139.258	124.488	(6.728)	(6.417)

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		31/12/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	124.488	125.184				
Integralização de capital	27.000	5.721				
Ajustes de conversão do período ("CTA")	(5.502)	-				
Equivalência patrimonial	(6.728)	(6.417)				
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	139.258	124.488				

Aumento de capital:
No exercício de 2014, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US\$ 6.589 mil para US\$ 9.139 mil, portanto um aumento de US\$ 2.550 mil, equivalentes a R\$ 5.721 integralizados em moeda no próprio exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda. teve seu capital social aumentado de R\$ 27.000 integralizados em moeda no próprio exercício.

	Controladora		31/12/2015		31/12/2014	
	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos
Saldos em 31/12/2013	2.375	4.401	3.586	9.752	133	1.501
Aquisições	3.568	622	798	2.160	-	-
Depreciação	(984)	(558)	(410)	(1.181)	(16)	-
Baixas	(2)	-	(11)	-	-	(1.400)
Saldos em 31/12/2014	4.957	4.465	3.963	10.731	169	101
Aquisições	1.581	465	633	810	27	477
Depreciação	(1.522)	(638)	(632)	(1.42		

Continuação➔

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os principais investimentos realizados em "direito de uso de sistemas" estão relacionados ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão da Companhia e à nova plataforma para as lojas e-commerce. O software de gestão selecionado pela Companhia é o SAP que entrou em operação no primeiro semestre de 2015, com investimento adicional em 2015 de R\$ 5.574. A plataforma e-commerce selecionada pela Companhia foi a Hybris, com investimento adicional em 2015 de R\$ 5.823.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais localizados. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 16.220 na Controladora e no Consolidado (R\$ 17.716 em 31 de dezembro de 2014) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida - A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionarão a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi 4%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 14% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas - As receitas foram projetadas entre 2016 e 2020 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.
- As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	-	-	19.654	13.331
Banco do Brasil (FINAME)	-	12	1.005	1.055
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	56.065	29.493	56.065	29.493
FINPE	46.429	41.205	46.429	41.205
BNDES Progren	-	-	-	14.323
Outros	-	-	-	3
	102.494	70.710	123.153	99.410
Circulante	65.521	37.266	85.336	65.081
Não circulante	36.973	33.444	37.817	34.329

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano.
- (ii) Finame: 6% ao ano.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros + Spread do Banco, média em 31 de dezembro de 2015 de 1,69% ao ano.
- (iv) FINPE: Taxa de 4% e 5,25% ao ano, limitado à TJLP.
- (v) Capital de Giro BNDES Progren, taxa de TJLP + 2,5% ao ano.

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em setembro de 2016;
- FINAME: parcelas mensais com vencimento final em outubro de 2024;
- ACC: diversos contratos com vencimento final até setembro de 2016; e
- FINPE: vencimentos em 2014 até setembro de 2021.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2017	10.522	10.743
2018	8.908	9.063
Após 2018	17.543	18.011
Total	36.973	37.817

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelas lojistas. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não existiam operações desta natureza contratadas pelas lojistas e, conseqüentemente, a Companhia não figurava como garantidora de nenhuma operação desta natureza. A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados "Arezzo", utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R\$ 3.855 (R\$ 3.693 em 31 de dezembro de 2014).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. FORNECEDORES

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	50.953	63.891	64.868	70.271
Partes relacionadas (Nota 12.a)	4.448	433	-	-
Fornecedores estrangeiros	13	44	13	44
	55.414	64.368	64.881	70.315

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Salários a pagar	33	5.810	1.830	7.398
Provisão para férias e encargos	6.282	5.706	11.046	9.707
	6.315	11.516	12.876	17.105

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS sobre vendas	-	-	5.826	5.357
Imposto de renda retido na fonte	3.641	1.053	4.273	1.333
Encargos sociais a recolher	2.049	1.905	3.897	3.337
IR e COFINS	150	1.037	2.661	2.853
IRPJ e CSLL	-	-	1.950	298
Outros impostos e encargos	1.446	1.440	1.688	1.713
	7.286	5.435	20.285	14.891

20. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cível	240	484	240	507
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Trabalhista	2.311	2.346	3.310	2.766
	4.226	4.505	5.594	5.317

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cível	240	484	240	507
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Trabalhista	2.311	2.346	3.310	2.766
	4.226	4.505	5.594	5.317

Controladora	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2013	502	1.185	2.162	3.849
Adições/atualizações	540	1.217	875	2.632
Reversões/pagamentos	(558)	(727)	(691)	(1.976)
Saldos em 31/12/2014	484	1.675	2.346	4.505
Adições/atualizações	3	-	318	321
Reversões/pagamentos	(247)	-	(353)	(600)
Saldos em 31/12/2015	240	1.675	2.311	4.226
Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2013	524	1.554	2.765	4.843
Adições/atualizações	541	1.217	2.389	4.147
Reversões/pagamentos	(558)	(727)	(2.388)	(3.673)
Saldos em 31/12/2014	507	2.044	2.766	5.317
Adições/atualizações	32	-	1.216	1.248
Reversões/pagamentos	(299)	-	(672)	(971)
Saldos em 31/12/2015	240	2.044	3.310	5.594

Em março de 2014, a Companhia provisionou o montante de R\$ 1.217 relativo a auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 31 de maio de 2013, referente ao não recolhimento do IRPJ, CSLL e Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) sobre operações de mútuo, relativa aos períodos de junho/2008 a dezembro/2009. Em 01 de agosto de 2014, parte desta provisão no montante de R\$ 727, referente ao Imposto sobre Operações de Crédito, foi revertida em função da adesão ao parcelamento federal determinado pela Lei 12.973 de 2014. A Companhia efetuou o pagamento do montante consolidado do parcelamento, no valor de R\$ 423 à vista em 22 de agosto de 2014. O processo referente ao IRPJ e CSLL encontra-se atualmente na esfera administrativa. A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$ 51.864 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 2.1. Até 2014, quando foi totalmente amortizado para fins fiscais, o ágio incorporado era apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, representando o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa, e em dezembro de 2015 foi definido o relator do processo. Quando ocorrer o julgamento pela Câmara Inferior do CARF, caberá às partes recurso à Câmara Superior, qualquer que seja a decisão. A Companhia, em conjunto com seus advogados, concluiu que a expectativa de perda é considerada "possível", no montante estimado de R\$ 8.065.
- ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS no montante atualizado de R\$ 5.244. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível".

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dos depósitos judiciais é de R\$ 6.054 na Controladora (R\$ 5.242 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 8.620 no Consolidado (R\$ 6.939 em 31 de dezembro de 2014).

21. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS**21.1. Capital social**

Em 31 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 62.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações. Em 28 de julho de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 900 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante total de 45 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais em sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de compra de ações. Em 30 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 40.111, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações. Em 03 de agosto de 2015, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 1.050 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante total de 53 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais em sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de compra de ações.

	Acções - em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2013	88.637	157.186
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	62.000
Emissão de ações com plano de opção de ações	45	900
Saldo em 31 de dezembro de 2014	88.682	220.086
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	40.111
Emissão de ações com plano de opção de ações	53	1.050
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.735	261.247

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- a) Em 08 de novembro de 2007, a Companhia emitiu 3.203.808 novas ações ordinárias nominativas em favor da BRICS, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$ 50.000. Deste montante, R\$ 25.000 foram integralizados no ato pela BRICS dos quais R\$ 2.500 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 22.500 destinados à formação de reserva de capital;
- b) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.
- c) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$ 12.500, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 1.559.
- d) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$ 12.500 restantes, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 2.990.
- e) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$ 182.009, dos quais R\$ 167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$ 13.579 (R\$ 8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$ 10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$ 13.908, conforme descrito na Nota 32. Deste total, R\$ 4.749 foram reconhecidos em 2015 (R\$ 4.451 em 2014, R\$ 3.933 em 2013 e R\$ 775 em 2012).

21.3. Reservas e retenção de lucros**Reserva legal**

E constitui à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se à reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 2.683.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2014 é de R\$ 223.244 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2015.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

21.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras - A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o US Dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o montante é de R\$ 5.502.

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS E PROPOSTOS**Dividendos**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	119.663	112.752
Reserva legal - 5%	(5.983)	(5.638)
Lucro líquido à destinar	113.680	107.114
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	28.420	

Continuação →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).

• Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

• Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber	39.402	24.663
Empréstimos e financiamentos	(56.065)	(29.493)
Exposição líquida	(16.663)	(4.830)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)		Cenário A	Cenário B
		31/12/2015	31/12/2014		
Depreciação da taxa de câmbio					
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	39.402	49.253	59.103	
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(56.065)	(70.081)	(84.098)	
Depreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio			25%	50%	
Dólar	R\$	3,90	4,88	5,85	
Efeito no lucro antes da tributação			(4.165)	(8.332)	

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 3.025 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía novos contratos de instrumento de hedge. Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

Demonstração do resultado	31/12/2015	31/12/2014
Ganho reconhecido no resultado financeiro	-	(180)

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	31/12/2015	%
Juros fixos	57.070	46%
Juros com base na TJLP e Libor	66.083	54%
	123.153	100%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável		Cenário A	Cenário B
		31/12/2015	31/12/2014		
Aumento de despesa financeira					
Financiamentos - TJLP	R\$	3.250	4.063	4.875	
Financiamentos - Libor	R\$	155	194	233	
		3.405	4.257	5.108	
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25%	50%	
TJLP		7,00%	8,75%	10,50%	
Libor		0,79%	0,99%	1,19%	

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis vencidos com prazo superior a 30 dias, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	87.279	40.933	223	128.435
Fornecedores	64.881	-	-	64.881

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2015 e 2014.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	5.440	5.341	5.458	5.352
Rendimento de aplicações financeiras	23.823	18.000	23.970	18.710
Outras receitas	135	704	70	1.812
	29.398	24.045	29.498	25.874

Despesas financeiras:

Despesas bancárias	(2.516)	(1.806)	(2.974)	(2.254)
Juros sobre financiamentos	(1.933)	(2.367)	(2.516)	(4.190)
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	(5.927)	(4.998)
Despesas com custas cartoriais	(2.386)	(924)	(2.424)	(924)
Outras despesas	(1.837)	(654)	(2.312)	(2.610)
	(8.672)	(5.751)	(16.153)	(14.976)
Variação cambial, líquida	9.808	2.078	9.924	2.519
Total	30.534	20.372	23.269	13.417

29. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Plano de opção de ações	(4.749)	(4.451)	(4.749)	(4.451)
Taxa de franquia	1.152	2.603	1.152	2.603
Recuperação de despesas	700	109	713	115
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	21	225	(1.597)	(1.578)
Outras receitas (despesas)	(434)	139	2.005	(397)
	(3.310)	(1.375)	(2.476)	(3.708)

30. COMPROMISSOS COM ARRENDAMENTO OPERACIONAL – LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 31/12/2015 (Consolidado)
	16.759
	18.968

Até um ano

Acima de um ano e até cinco anos

A despesa média mensal de alugueis pagos é de R\$ 2.422 (R\$ 1.828 em 2014). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas de alugueis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 29.064 (R\$ 21.936 em 31 de dezembro de 2014). O saldo da conta "Alugueis a pagar" é de R\$ 875 (R\$ 3.643 em 31 de dezembro de 2014). Parcela substancial dos alugueis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2015, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	133.720
	Responsabilidade civil	10.000

32. PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa

causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas. Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

1º Outorga - junho de 2012

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 20,86 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

2º Outorga - junho de 2013

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 27,61 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

3º Outorga - junho de 2014

Em 12 de junho de 2014, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 18,42 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2014 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

4º Outorga - junho de 2015

Em 12 de junho de 2015, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento foi assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 19,91 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 20%.

Em julho de 2015 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

Composição, movimentação e valor justo das opções

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir: